

WANEP ALERT AND RESPONSE MECHANISM

WANEP

Policy Brief

OUTUBRO 2025

G. Bissau

Eleições Presidenciais e Legislativas de 2025:

Esperando Estabilidade ou Temendo um
Retorno à Instabilidade Política?



**REDE OESTE AFRICANA
PARA EDIFICAÇÃO DA PAZ**

CONSTRUIR RELAÇÕES PARA A PAZ

Copyright: WANEP © 2025

Índice

Acrónimos	4
Introdução	5
I. Turbulências institucionais e dissoluções repetidas da Assembleia Nacional Popular: uma legitimidade institucional fragilizada	6
II. Dinâmicas entre as partes interessadas em lutas de sobrevivência política.	7
(a)- Partidos políticos recompostos em coligações com dissensões intra e interpartidárias.	7
(b)- Actores políticos-chave no cerne dos desenvolvimentos atuais e futuros.	8
(c)- Actores da Sociedade Civil da Guiné-Bissau e os desafios de imparcialidade.	10
(d)- Actores regionais e internacionais numa Guiné-Bissau em busca de estabilidade institucional e política.	10
III. Principais questões e desafios relevantes das legislativas e presidencial de 2025 na Guiné-Bissau.	10
a- Contexto sociopolítico e de segurança relativamente tenso	11
b- Persistente urgência, desde 2014, de reforma do quadro legal eleitoral	12
c- Necessidade de consensos políticos em torno dos principais órgãos que intervêm na gestão das eleições	12
d- Caderno eleitoral regularmente atualizado, mas sempre criticado	13
e- Média polarizada com jornalistas visados na Guiné-Bissau	13
f- Invalidação de partidos políticos-chave, sinal de eleições não inclusivas e de risco	14
g- Financiamento do processo eleitoral num contexto económico difícil	14
h- Financiamento das campanhas dos partidos políticos: um quadro legal permissivo com efeitos preocupantes	15
i- Desafios persistentes que limitam a participação das mulheres e dos jovens	15
IV. Cenários	16
Cenário 1, Pior caso, Muito Provável: "Eleições legislativas e presidenciais não inclusivas, marcadas por tensões ou mesmo violência"	16
Cenário 2, Melhor caso, Provável: "Eleições legislativas e presidenciais inclusivas e competitivas, apesar da invalidação de algumas candidaturas-chave"	16
Cenário 3, Intermediário Mau, Provável: "Situação de braço de ferro por eleições inclusivas que leva a uma longa espera pelas eleições de saída de crise"	16
V. Recomendações e Conclusão	16

Acrónimos

ANP	Assembleia Nacional Popular
API-CG	Aliança Patriótica Inclusiva – Cabas Garandi
APU-PDGB	Assembleia do Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau
UA	União Africana
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSJ	Supremo Tribunal de Justiça
CSM	Conselho Superior da Magistratura
ECOMIB	Força da CEDEAO para a Estabilidade e Segurança da Guiné-Bissau
FREPASNA	Frente Patriótica de Salvação Nacional
GTAPE	Gabinete de Apoio Técnico ao Processo Eleitoral
MADEM-G15	Movimento pela Alternância Democrática
MAGB	Missão de Apoio da CEDEAO para a Estabilização da Guiné-Bissau
MDG	Movimento Democrático Guineense
PAI	Plataforma de Aliança Inclusiva
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PAPAS	Partido Africano para a Estabilidade
PCD	Partido da Convergência Democrática
PLGB	Partido da Luz da Guiné-Bissau
PRS	Partido da Renovação Social
PSD	Partido Social Democrata
PTFs	Parceiros Técnicos e Financeiros
PTG	Partido dos Trabalhadores da Guiné
RGB-MB	Resistência do Movimento Guiné Bissau-Bafata
UE	União Europeia
UM	União para a Mudança
UNOWAS	Escritório das Nações Unidas para África e Sahel



Eleições Presidenciais e Legislativas de 2025: Esperando Estabilidade ou Temendo um Retorno à Instabilidade Política?

Introdução

A Guiné-Bissau é um país da África Ocidental com 2.249.515 habitantes, segundo estimativas de 1 de julho de 2025 baseadas nos dados mais recentes das Nações Unidas. À medida que se aproximam as eleições presidenciais e legislativas combinadas marcadas para 23 de novembro de 2025, o país encontra-se num

ponto de viragem crítico na sua história política. As eleições legislativas inicialmente marcadas para 24 de novembro de 2024, adiadas duas vezes pelo Presidente da República Umaro Sissoco Embaló, depois conjugadas com as eleições presidenciais, decorrem num contexto marcado por persistentes tensões sociopolíticas, institucionais e de segurança.

MECANISMO DE ALERTA E RESPOSTA DA WANEP (WARM)

O mecanismo de alerta e resposta da WANEP (WARM) faz parte integrante do programa de prevenção e consolidação da paz na África Ocidental, coordenado pela Rede da África Ocidental para a Consolidação da Paz (WANEP). Através do seu programa WARM, a WANEP prepara o terreno para uma rede de alerta precoce e resposta baseada na sociedade civil em África,

com ênfase na segurança humana. O WARM abrange os quinze (15) países da região da África Ocidental.

Desde 2002, a WANEP celebrou um acordo com a CEDEAO através da assinatura de um Memorando de Entendimento (MOU) no âmbito do reforço das capacidades em matéria de

prevenção de conflitos. Um dos objetivos deste acordo é interligar a WARM com os sistemas de alerta precoce da CEDEAO, a fim de otimizar a prevenção de conflitos na África Ocidental. Com vista a este desenvolvimento, a WANEP criou um gabinete de ligação localizado no Secretariado da CEDEAO em Abuja, desde abril de 2003.

Em reconhecimento ao papel e às realizações da Rede Oeste-Africana para a Consolidação da Paz (WANEP) na prevenção de conflitos e na consolidação da paz em África, em particular na África Ocidental, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas, na sua sessão de fundo de 2006, concedeu à WANEP o estatuto consultivo especial junto da ONU. A WANEP está, portanto, mandatada para designar um representante oficial junto das Nações Unidas em Nova Iorque, Genebra e Viena, a fim de prosseguir as estratégias de defesa e sensibilização em prol da paz e da segurança humana.

No seu todo, o processo parece vacilar sob o peso de vários desafios consideráveis, nomeadamente a legitimidade dos órgãos responsáveis pela gestão das eleições, tensões institucionais crónicas, bem como conflitos dentro e fora dos partidos políticos, tanto do lado da oposição como do movimento presidencial. Este clima é agravado por uma profunda falta de confiança entre os atores políticos, consultas políticas consideradas limitadas e pouco inclusivas, grandes desafios na organização das suas eleições... Por vezes, estas diferentes situações levaram a manifestações fortemente reprimidas, detenções arbitrárias, raptos e espancamentos.

Perante estes desafios e questões em torno das referidas eleições, um histórico da turbulência institucional na Guiné-Bissau (I), uma análise da atual dinâmica política entre os atores presentes (II) e os riscos (III) revela-se, portanto, essencial para antecipar os cenários possíveis (IV) e identificar as alavancas prováveis (V) para promover um processo eleitoral inclusivo, pacífico e consistente com os princípios democráticos.

I. Turbulência Institucional e Repetidas Dissoluções da Assembleia Nacional Popular: Legitimidade Institucional Fragilizada

A Guiné-Bissau vive uma instabilidade política crónica, marcada por persistentes tensões institucionais em torno do controlo dos poderes presidencial e legislativo, num contexto de rivalidades internas e manobras judiciais. Desde o fim da guerra civil em 1999, o país, com um regime semi-presidencial, tem vivido dificuldades de coabitação entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro. Nos últimos 24 anos, o mandato dos 102 deputados foi interrompido seis vezes, incluindo duas dissoluções da Assembleia Nacional Popular (ANP) em menos de dois anos - em maio de 2022 e dezembro de 2023 - sob égide do presidente Umaro Sissoco Embaló.

Com efeito, em dezembro de 2023, o Presidente Umaro Sissoco Embaló dissolveu a ANP citando uma tentativa de golpe envolvendo a Guarda Nacional e acusando a ANP, dominada pela oposição, de corrupção e obstrução à justiça. Segundo a oposição, esta dissolução que ocorreu menos de seis meses após a instalação do Parlamento viola o artigo 94 da Constituição de 1993, que proíbe qualquer dissolução nos primeiros doze meses seguintes a uma eleição. Na altura, o presidente da ANP, Domingos Simões Pereira, denunciou um "golpe de Estado constitucional". À frente da Comissão Permanente da ANP que deve manter-se mesmo em caso de dissolução do parlamento, a substituição de Domingos Simões Pereira por Adja Satu Camara Pinto, vice-presidente da ANP e aliada do Presidente da República continua a alimentar tensões e receios em torno da separação de poderes.¹²³

Por outro lado, o mandato presidencial também foi marcado pelas divergências de interpretação no final do quinto ano presidente do cessante, Umaro Sissoco Embaló. Na verdade, investindo em 27 de fevereiro de 2020, o partido de oposição estimou o fim do seu mandato para 26 de fevereiro de 2025 e reclamou em vão a realização das eleições presidenciais antes desta data para evitar a vacatura constitucional. Com base na data de 6 de setembro de 2020, em que foi proferida a decisão do Supremo Tribunal sobre os recursos eleitorais interpostos pela oposição, o presidente Umaro Sissoco Embaló, por sua vez, estimou o fim do seu mandato para setembro de 2025. Mesmo assim, a ausência de eleições presidenciais antes de 5 de setembro de 2025, causando, de facto, uma prorrogação do mandato, continua a alimentar críticas, tensões e manifestações. Segundo o presidente Umaro Sissoco Embaló, a Constituição permite que ele permaneça no cargo até à tomada de posse do presidente eleito. Este conjunto de situações contribuiu para redefinir as dinâmicas entre as partes interessadas.

¹ Guiné-Bissau, Constituição da República da Guiné-Bissau (Versão consolidada da tradução em 15 de maio de 2020, atualizada com as revisões, incluindo a lei n.º 1/96, de 1 de dezembro de 1996), disponível em https://gw.ambafrance.org/IMG/pdf/constitution_gb_projet_traduction_-j1z_-fr_v10.pdf?922/54372191231199772e5a9b5f8317b546bfe8c4c8, accédé le 07 août 2025.

² <https://trt.global/français/article/16109871>

³ De acordo com o artigo 95.º da Constituição, que dispõe que: A Comissão Permanente da ANP funciona entre as sessões legislativas e durante o período em que a Assembleia Nacional Popular está dissolvida. É presidida pelo Presidente da Assembleia Nacional Popular. É composta pelo Vice-Presidente e pelos representantes dos partidos com assento na ANP, em função da sua representatividade. .

Eleições e dissoluções da ANP na Guiné Bissau (1999-2025).

- **28 de novembro de 1999:** Eleições gerais legislativas e presidentes após a guerra civil e o golpe de estado.
- **28 de março de 2004:** Eleições legislativas inicialmente previstas para novembro de 2003 e adiadas após o golpe de estado contra Kumba Yala em setembro de 2003. Vários adiamentos. A Assembleia eleita foi dissolvida em 5 de agosto de 2008.
- **16 de novembro de 2008:** Eleições legislativas inicialmente previstas para março de 2008, após a dissolução pelo Presidente Vieira.
- **13 de abril de 2014:** Eleições legislativas inicialmente previstas para 24 de novembro de 2013, adiadas para 16 de março de 2014 e 13 de abril após a dissolução da ANP depois de um golpe de estado militar.
- **10 de março de 2019:** Eleições legislativas inicialmente previstas para 23 de abril de 2018 e adiadas devido a situação de crise entre o Presidente Vaz e o PAIGC. A Assembleia foi encerrada em 16 de maio de 2022.
- **4 de junho de 2023:** Eleições legislativas antecipadas. A Assembleia foi encerrada em 4 de dezembro de 2023.
- **23 de novembro de 2025 (a ser lançado):** Eleições legislativas antecipadas inicialmente convocadas para 24 de novembro de 2024.

II. Dinâmicas entre atores nas lutas pela Sobrevivência Política.

Na Guiné-Bissau, a Constituição da República estipula que "o Presidente da República pode nomear e demitir o Primeiro-Ministro e o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. O partido que vencer as eleições legislativas forma o governo". Com a última dissolução da ANP pelo Presidente Umaro Sissoco Embaló, o país mergulhou novamente numa dinâmica marcada por dissensões intra e interpolíticas recompostas em coligações (a), com atores políticos chave no comando (b) e atores da sociedade civil (c), bem como atores regionais e internacionais (d) tentando contribuir para o apaziguamento.

a - (a)- Partidos políticos recompostos em coligações com dissensões intra e interpartidárias.

Vários partidos políticos como o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o Partido para a Renovação Social (PRS) e o Movimento para a Alternância Democrática, Grupo dos 15 (MADEM-G15) estão abalados por conflitos e dissensões internas. Assim, duas facções competem atualmente pelo controlo do PRS: uma liderada por Feliz Blute Na Ndungue, aliado do Presidente Umaro Sissoco Embaló e a outra por Fernando Dias, figura da oposição. No MADEM-G15, está a facção do primeiro-ministro Braima Camará e a de Adja Satu Camara, vice-presidente da ANP, atualmente Presidente da ANP, nomeada pelo Presidente Umaro Sissoko Embalo após a dissolução do parlamento. Estas rivalidades partidárias internas influenciaram a recomposição do panorama partidário em três grupos principais:

- **A Plataforma Republicana** - Nô Kumpu Guiné, uma coligação de 16 partidos que apoiam o Presidente Umaro Sissoco Embaló. Composto, entre outros, pela facção MADEM-G15 de Adja Satu Camara, pela facção PRS de Feliz Blute Na Ndungue, pelo Partido dos Trabalhadores Guineenses (PTG), pelo Movimento de Resistência da Guiné Bissau-Bafatá (RGB-MB), pelo Partido Republicano para a Independência e Desenvolvimento (PRID), pelo Partido da Luz e outros. É coordenado por Botche Candé, atual Ministro do Interior e da Ordem Pública. Dentro desta plataforma, uma dissidência opôs-se ao PRS, ao MADEM-G15 e ao PTG na lista conjunta para as eleições e na distribuição de cargos ministeriais.
 - **A Aliança Patriótica Inclusiva-Terra Ranka (PAI Terra Ranka)** é composta por cinco partidos políticos, incluindo o PAIGC e aliados como a União para a Mudança (UM), o Partido Social Democrata (PSD), o Movimento Democrático Guineense (MDG) e o Partido da Convergência Democrática (PCD). É coordenado por Domingos S. Pereira, líder do PAIGC e principal adversário do presidente. Durante as eleições parlamentares de Junho de 2023, o PAI-Terra Ranka obteve a maioria com 54 dos 102
- assentos no Parlamento, antes de beneficiar do apoio de outros doze (12) deputados de partidos alinhados. Sua candidatura é invalidada pelo CSJ para as eleições de 2025.
- **A Aliança Patriótica Inclusiva (API) “Cabas Garandi”** composta pela Assembleia Popular Unida – Partido Democrático da Guiné-Bissau (APU-PDGB), a facção MADEM-G15 de Braima Camará, a Frente Patriótica de Salvação Nacional (FREPASNA) de Baciro Djá e a facção PRS liderada por Fernando Dias. Esta plataforma está colocada sob a coordenação de Baciro Djá, antigo 3º vice-presidente do PAIGC como presidente e Fernando Dias como vice-presidente. Sua candidatura é invalidada pelo CSJ para as eleições de 2025. Como resultado, alguns destes líderes como Nuno Gomes Nabiam e Braima Camara juntaram-se à coligação do Presidente da República. Outros como Fernando Dias e Baciro Djá considerados mais próximos de Domingos Simões Pereira, com acordo formal de apoio, são candidatos às eleições presidenciais de Novembro de 2025. Fernando Dias concorre como independente enquanto Baciro Djá é investido pela FREPASNA.

(b)- Principais atores políticos no centro dos desenvolvimentos atuais e futuros



Da esquerda para a direita, Umaro Sissoco Embaló, Presidente da República; Domingos Simões Pereira, Presidente do PAIGC; Braima Camara, membro fundador do MADEM-G15; Adja Satu Camara Pinto, Secretária Permanente da ANP.

Para além das principais coligações partidárias, certos atores políticos parecem estar no centro dos desenvolvimentos passados e futuros:

- **Umaro Sissoko Embaló, um presidente cessante que procura um segundo mandato num clima político tenso**

Eleito Presidente em 2019 com 53,5% dos votos contra Domingos Simões Pereira (46,5%), Umaro Sissoko Embaló afirma que a Constituição lhe permite manter-se no cargo até à tomada de posse de um novo presidente. Esta posição suscita críticas, com alguns a encarando como uma tentativa de prolongar ilegítimamente o mandato, temendo um confisco do poder presidencial. Levado ao poder pelo MADEM-G15, resultante de uma cisão do PAIGC, o seu mandato foi marcado por crises políticas, tentativas de golpe de Estado, conflitos internos e o exílio de vários líderes políticos. Em agosto de 2025, lançou um novo movimento político, denominado "Nô Djunta" ("Avançar juntos"), apresentado como aberto a todas as forças políticas e à sociedade civil.⁴

- **Domingos Simões Pereira, o principal adversário político dos últimos dez anos na Guiné Bissau**

Presidente do PAIGC desde 2014, é uma figura importante na vida política da Guiné-Bissau. Derrotado na segunda volta das eleições presidenciais de 2019, foi presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP) até à sua dissolução em dezembro de 2023 pelo Presidente Umaro Sissoko Embaló. Apesar de uma postura considerada intransigente e de disputas internas, os seus adversários não o podem demitir por não conseguirem convocar um congresso extraordinário devido às limitações dos estatutos do partido. Exilado em Portugal durante nove meses devido a processos judiciais e a um pedido de levantamento da imunidade parlamentar, mantém o apoio de grande parte do PAIGC e de vários partidos da oposição.

A sua candidatura às eleições presidenciais de 2025 foi invalidada pelo Supremo Tribunal da Guiné-Bissau por razões de apresentação tardia do processo e pela falta de personalidade jurídica da sua coligação PAI – Terra

Ranka. Federador de uma oposição conservadora, Domingos Simões Pereira continua a ser um ator fundamental para a paz e a estabilidade política e social do país.

- **Braima Camara, aliada do relançamento do MADEM-G15 e da mobilização eleitoral em torno de Umaro Sissoko Embaló.**

Dissidente do PAIGC e membro fundador do MADEM-G15, Braima Camara é considerado o arquiteto da vitória do MADEM-G15 e do Presidente Umaro Sissoko Embaló nas eleições de 2019. As tensões entre esses dois homens levaram a uma ruptura dentro do partido. Após um período de exílio em Portugal, regressou a Bissau em 2 de agosto de 2025 e nomeado Primeiro-Ministro em 7 de agosto por decreto presidencial, nomeação interpretado como uma tentativa de reconciliação entre as facções do MADEM-G15 e o chefe de Estado. No entanto, a sua suspensão, bem como a de outros ministros da coligação API – Cabas Garandi por "traição política", enfraqueceu esta aliança. A sua capacidade de aliviar tensões internas, mobilizar as partes interessadas e reforçar a coesão social será decisiva na promoção de uma reconciliação pós-eleitoral duradoura.

- **Adja Satu Camara Pinto, figura política influente entre a lealdade ao Presidente Umaro Sissoko Embaló e a ambição política.**

Adja Satu Camara Pinto é uma importante figura política na Guiné-Bissau, ativa desde a luta pela independência com o PAIGC até à sua adesão ao MADEM-G15 em 2018. Ex-Ministra do Interior, vice-presidente do PAIGC (2003-2007) e governadora de várias regiões, foi também segunda vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (ANP), dissolvida em Dezembro de 2023 pelo Presidente Umaro Sissoko Embaló. Tendo-se tornado Presidente da ANP com o apoio do Chefe de Estado, ocupa igualmente o cargo de Secretária Permanente. O seu papel poderá revelar-se decisivo na condução do processo eleitoral, em particular para promover uma maioria parlamentar favorável ao presidente, influenciando ao mesmo tempo a paz e a estabilidade política do país.⁵

⁴ Guiné-Bissau: Sissoko Embalo oficializa a sua candidatura para um segundo mandato, acessível <https://fr.africanews.com/2025/08/08/guinee-bissau-sissoko-embalo-officialise-sa-candidature-pour-un-2e-mandat/>.

⁵ Guiné-Bissau: Satu Camará autoproclama-se chefe da Assembleia Nacional Popular, acessível através de <https://www.voaportugues.com/a/guin%cc3%a9-bissau-satu-camar%cc3%a1-autoproclama-se-chefe-da-assembleia-nacional-popular/7795301.html>

- **b- (c)- Os atores da sociedade civil na Guiné-Bissau e os desafios da imparcialidade.**

Na Guiné-Bissau, a sociedade civil desempenha um papel essencial na preservação da paz, da coesão nacional e da credibilidade do processo eleitoral, particularmente através da observação eleitoral e da defesa de reformas institucionais. Apesar das tentativas de repressão e amordaçamento observadas no terreno, certas organizações da sociedade civil continuam a criticar a governação, as políticas públicas e os líderes do país. Asseguram uma monitorização democrática ativa, mobilizando os cidadãos face às violações dos direitos humanos e a certos abusos de governação.

Muitas outras organizações não-governamentais manifestam-se contra as críticas feitas à governação política do país e às ações promovidas pelo Presidente da República e partes interessadas aliadas. Apesar destes diferentes subgrupos qualificados como alinhamentos políticos por alguns analistas, a sociedade civil continua a ser um ator fundamental no diálogo nacional, na reforma institucional e na regulação do jogo democrático, através das suas constantes interações com os diferentes atores da cena sociopolítica.

- **c- (d)- Atores regionais e internacionais na Guiné-Bissau em busca de estabilidade institucional e política.**

Os intervenientes regionais e internacionais sempre desempenharam um papel crucial no apoio ao processo democrático na Guiné-Bissau. A sua contribuição não se limita apenas ao apoio técnico e financeiro. Estende-se também à mediação política e à regulação do jogo democrático, contribuindo assim para a preservação da paz e a estabilização do país.

Por exemplo, a missão conjunta de alto nível da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e do Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel (UNOWAS), destacada de 21 a 28 de Fevereiro de 2025 para facilitar o consenso sobre a organização de eleições gerais, revelou situações de tensão. Na verdade, as diferenças de

interpretação entre a referida missão e o Presidente Umaro Sissoco Embaló foram percebidas por vários observadores como uma tentativa de enfraquecer a autoridade da CEDEAO. Apesar destas tensões, organizações como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a União Africana (UA), a União Europeia (UE), as Nações Unidas (ONU), etc., continuam a ser intervenientes importantes para eleições transparentes, inclusivas e credíveis, bem como para um clima político pós-eleitoral pacífico.

III. Principais questões e grandes desafios das eleições legislativas e presidenciais de 2025 na Guiné-Bissau.

Na Guiné-Bissau, os resultados das eleições legislativas de 2019 e 2023 obrigaram a partilha de poder, de acordo com o regime semi-presidencial em vigor no país. Contudo, as rivalidades históricas entre os principais grupos políticos impediram as oportunidades de governação concertada e acentuaram as competições políticas. Neste contexto e qualquer que seja o campo político em causa, a questão principal nas eleições presidenciais e legislativas de 2025 é "a conquista do poder presidencial e da maioria dos assentos no parlamento para governar o país sem partilha ou concessão".

Para além desta questão, o atual processo eleitoral enfrenta uma série de desafios importantes.

- a- **Contexto Sociopolítico e de Segurança Relativamente Tenso.**

A Guiné-Bissau é marcada por uma instabilidade política crónica e uma história turbulenta desde a sua independência em 1973. Classificada em 158º lugar entre 180 países, de acordo com o relatório de 2024 do Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional, o país enfrenta desafios de governação, apesar de certas medidas governamentais, incluindo detenções. Em Novembro de 2023, o Ministro da Economia e Finanças, Souleiman Seidi, e o Secretário de Estado do Tesouro, António Monteiro, foram interrogados pelo Ministério Público por alegado envolvimento num desvio de fundos públicos estimados em seis milhões de dólares destinados ao pagamento de dívidas do Estado para apoiar atores económicos próximos do regime.

A tentativa de libertação destes responsáveis, na noite de 30 de novembro para 1 de dezembro de 2023, provocou confrontos entre o exército, a guarda presidencial e unidades da guarda nacional, provocando duas mortes e várias detenções. O Presidente da República descreveu estes acontecimentos como uma tentativa de golpe de Estado e dissolveu a ANP. Desde então, as restrições à liberdade de expressão e as violações dos direitos humanos têm sido denunciadas por organizações da sociedade civil e partidos da oposição. Em 17 de abril de 2025, o Presidente da República ameaçou publicamente dissolver a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), que acusou de desenvolver atividades políticas.⁶⁷

Há também relatos de detenções de manifestantes e membros das forças de segurança, proibições de manifestações, repetidas greves nos sectores da educação e da saúde...



Manifestação dos Estudantes / 2024

⁶ Suspeitas de desvio de fundos envolvendo dois ex-membros do governo. Acessível em <https://africapresse.com/guinee-bissau-soupcons-de-detournement-de-fonds-impliquant-deux-anciens-membres-du-gouvernement/>

⁷ Guiné-Bissau: assédio, intimidações e ameaças contra Bubacar Turé, presidente da LGDH, acessível em <https://www.fidh.org/fr/temes/defensores-dos-direitos-humanos/guine-bissau-assedio-intimidacoes-e-ameacas-contr-bubacar>

- **b - Urgência persistente, desde 2014, de reforma do quadro jurídico eleitoral**

Na Guiné-Bissau, a última reforma do quadro jurídico eleitoral remonta à Lei n.º 10/2013, de 25 de setembro de 2013, adotada num contexto de transição política após o golpe militar de 12 de abril de 2012. Visava principalmente permitir a realização das eleições legislativas e presidenciais de 2014. Desde então, nenhuma revisão substancial foi realizada, apesar das necessidades persistentes de limites eleitorais, transparência na proclamação dos resultados e reforma dos órgãos de gestão eleitoral.

A inércia em torno da questão pode ser explicada pelas longas e recorrentes crises de instabilidade institucional e política. Com efeito, entre 2014 e 2025, o Parlamento

foi dissolvido quatro vezes, o Supremo Tribunal e o Conselho Superior da Magistratura Judicial viveram tensões internas. Estas disfunções institucionais dificultam qualquer iniciativa de reforma do quadro jurídico eleitoral e complicam os desafios eleitorais do país.

- **c - Necessidade de consenso político em torno dos principais órgãos envolvidos na gestão eleitoral**

A **Comissão Nacional de Eleições (CNE)** responsável pela organização e fiscalização das eleições é composta por magistrados nomeados pelo Conselho Superior da Magistratura (CSM) e eleitos por dois terços do Parlamento para um mandato de quatro anos. Seu presidente e os membros de sua secretaria executiva são designados pela ANP.



Direção executiva da Comissão Nacional de Eleições durante uma atividade

As sucessivas crises políticas e as repetidas dissoluções da ANP impediram a renovação do cargo executivo da CNE, cujo mandato expirou em Março de 2022. Um consenso político facilitado pela CEDEAO permitiu a organização das eleições legislativas em 4 de Junho de 2023. A ausência de renovação deste consenso ou de uma votação do Comité Permanente da ANP corre o risco de privar o gabinete executivo da CNE da sua legitimidade para as próximas eleições, expondo o processo a disputas. A oposição já denuncia a pressão

política sobre a CNE para substituir os presidentes das Comissões Regionais Eleitorais (CRE) recentemente suspensas por razões financeiras. Esse conjunto gerou críticas sobre tentativas de fraude eleitoral. No entanto, não impediu que o órgão estabelecesse o seu calendário eleitoral desde abril de 2025 e trabalhasse na sua implementação.⁸

Na Guiné-Bissau, o **Supremo Tribunal de Justiça (CSJ)** é o juiz eleitoral que desempenha um papel central nos

⁸ Guinea-Bissau: Braima Camará entre promesses électorales et accusations de trahison politique ; acessível através de <https://ultimahoragb.com/2025/08/31/guine-bissau-braima-camara-entre-promessas-de-eleicoes-e-acusacoes-de-traicao-politica/>; publicado no dia 31/08/2025

processos eleitorais porque é responsável por receber e validar os candidatos às eleições legislativas e presidenciais, verificar e proclamar os resultados finais e resolver disputas eleitorais. Entre Novembro de 2023 e Março de 2025, a instituição atravessou uma crise paralisante que, entre outras causas, levou ao adiamento das eleições legislativas previstas para Novembro de 2024 por não ter conseguido publicar a lista definitiva de candidatos no prazo (15 de Outubro de 2024) previsto. Em abril de 2025, a situação evoluiu com a aposentadoria do juiz Antonio Lima André e a eleição, em 16 de maio de 2025, por 12 dos 19 membros do CSM, de um novo presidente para um mandato de quatro anos. Todos os demais cargos da instituição também foram preenchidos. No entanto, levantaram-se vozes para contestar a legalidade da nomeação do Presidente Arafam Mané, que não cumpriria a condição de cinco anos de antiguidade no Supremo Tribunal necessária para aceder à sua presidência. Além disso, o processo de nomeação dos juizes do CSM também é criticado pelo seu incumprimento dos textos em vigor. À frente do CSM, a nomeação do general Sanji Fati, deputado e conselheiro do Presidente da República, é criticada por alguns observadores. Apesar destas polémicas, o CSJ desempenhou um papel decisivo no relançamento do processo através da publicação das listas de candidatos. No entanto, dado o contexto político particular do país, o consenso político é necessário para limitar novos desenvolvimentos que possam impactar positiva ou negativamente o processo em curso.⁹

Situado sob a tutela do Ministério da Administração Territorial e Poder Local e em estreita coordenação com a CNE, o **Gabinete Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (GTAPE)** é nomeadamente responsável, entre outras responsabilidades, pela implementação da logística eleitoral, pela organização material do ato eleitoral e pela gestão e atualização do caderno eleitoral. No contexto das próximas eleições, parece ser a estrutura menos controversa.

- **d - Caderno eleitoral atualizado regularmente mas sempre criticado**

De acordo com a lei eleitoral, a atualização do caderno eleitoral deve começar em Fevereiro, por um período de 60 dias dentro do país e 90 dias para a diáspora. Para as eleições legislativas inicialmente previstas para Novembro de 2024, a atualização dos cadernos eleitorais ocorreu de 25 de Março a 25 de Maio de 2024 em todo o território nacional e de 25 de Maio a 25 de Junho de 2024 para a diáspora. Em 22 de julho de 2024, o Diretor Geral do GTAPE, Sr. Gibril Baldé, anunciou o número de 924.411 para eleitores inscritos, registando um aumento de 3,17% (29.268 eleitores) em relação ao arquivo utilizado em junho de 2023. A exibição das listas foi concluída em 5 de agosto de 2024 e, apesar de algumas críticas, todos os partidos aceitaram os resultados do recenseamento.

Para as eleições legislativas e presidenciais de Novembro de 2025, o processo de atualização iniciado em Março de 2025 e que deveria terminar em Maio de 2025 foi prorrogado por 15 dias devido a uma paralisação dos agentes eleitorais em protesto contra o não pagamento dos seus subsídios. Em Junho de 2025, estes agentes recusaram-se a transmitir os dados à CNE sem pagamento dos subsídios. A coligação API Cabas Garandi denunciou a transparência do processo, destacando o envolvimento insuficiente dos partidos políticos e a falta de apresentação do processo aos atores políticos para a sua avaliação. Os resultados do recenseamento eleitoral de 2025 não estão disponíveis, mas as críticas dos partidos podem comprometer a credibilidade das eleições e a aceitação dos resultados.¹⁰

- **e - Mídia polarizada com jornalistas visados na Guiné Bissau**

Na Guiné-Bissau, o pluralismo dos meios de comunicação social é polarizado por considerações políticas no processamento da informação. O nível de polarização contribui para exacerbar as tensões e alimentar a violência num contexto já frágil. Manifesta-

⁹ Com a demissão forçada do seu antigo presidente, José Pedro Sambu, em novembro de 2023, seguida da suspensão de seis (6) dos seus doze (12) membros por medidas disciplinares iniciadas pelo seu ex-vice-presidente Antonio Lima André (que se tornou presidente interino), o Tribunal ficou paralisado durante muito tempo, incapaz de atingir o quórum de sete (7) membros necessário para deliberar e exercer as suas funções.

¹⁰ Impasse em torno do recenseamento eleitoral na Guiné-Bissau, acessível em <https://fr.allafrica.com/view/group/main/main/id/00093148.html>

se na cobertura tendenciosa dos acontecimentos, onde cada lado utiliza canais de comunicação social favoráveis para promover as suas posições. Por conseguinte, os meios de comunicação e os seus intervenientes são categorizados entre aqueles que são favoráveis ao poder e aqueles que são próximos da oposição, adotando cada um uma cobertura incitativa que alimenta o confronto político. Além disso, a proliferação de informações falsas nas redes sociais constitui uma grave ameaça à coesão social, alimentando a desinformação e as divisões políticas.

As ameaças e a intimidação contra jornalistas e meios de comunicação social afetam a qualidade da informação divulgada e prejudicam a liberdade de expressão. Por exemplo, a presidente do SINJOTECs (Sindicato dos Jornalistas e Técnicos de Comunicação Social) declarou ter sido proibida de participar em atividades governamentais. Há relatos de que vários jornalistas que trabalhavam em meios de comunicação estatais foram despedidos por participarem em manifestações pacíficas ou por cobrirem eventos organizados por partidos da oposição. No final de agosto de 2025, o governo suspendeu as emissões da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP África), da Rádio Portuguesa (RDP-África) e da agência noticiosa Lusa, reforçando as preocupações com as restrições à liberdade de imprensa.

• **f - Invalidação dos principais partidos políticos, um sinal de eleições não inclusivas e de risco**

No âmbito das eleições legislativas e presidenciais de 23 de novembro de 2025, o CSJ da Guiné-Bissau recebeu 15 processos de candidatura às eleições presidenciais até o dia 25 de setembro de 2025. A análise da lista final dos 12 candidatos validados para as eleições presidenciais e dos 14 candidatos retidos para as eleições legislativas revela a ausência de Nuno Gomes Nabiam que se retirou a favor do Presidente Umaro Sissoko Embaló, do Domingos Simões Pereira do Terra Ranka coligação, vencedora das eleições legislativas de Junho de 2023, da qual faz parte o PAIGC, principal partido da oposição que participou em quase todas as

eleições do país. Para esta última coligação, a razão apresentada é a apresentação tardia do processo e a falta de personalidade jurídica reconhecida para a coligação PAI-Terra Ranka. Em reação a esta decisão, que descreve como uma “estratégia de eliminação política”, Domingos Simões Pereira apelou à população para uma mobilização pacífica em defesa dos direitos e liberdades. Lançou uma convocatória para uma marcha cidadã junto ao CSJ em Bissau, no dia 16 de outubro de 2025, para protestar contra o que considera ser uma “manipulação do quadro eleitoral”.^{11 12}

Para além das sérias preocupações que suscitou, esta decisão de invalidar as candidaturas dos principais partidos políticos e coligações dá origem a receios de violência eleitoral, tanto antes, durante e depois das eleições. Com as muitas reviravoltas potenciais que se poderão seguir, alimenta as críticas sobre uma possível interferência política nas decisões do CSJ. Além disso, num país marcado por uma história de golpes de Estado e de instabilidade crónica, representa um elevado risco de violência eleitoral em eleições futuras.

• **g - Financiar o processo eleitoral num contexto económico difícil**

Ao contrário das eleições anteriores financiadas pelo Estado com o apoio significativo de parceiros técnicos e financeiros (PTF), o governo da Guiné-Bissau anunciou o seu desejo de auto-financiar, até 90%, as eleições legislativas e presidenciais de 2025, graças a um Fundo para a Democracia estabelecido localmente. A decisão do governo de confiar a impressão dos boletins de voto e materiais eleitorais para as eleições de 2025 à gráfica nacional do país (INACEP) em vez das gráficas portuguesas como no passado é talvez uma das estratégias para atingir o financiamento de 90%. Para alguns, esta decisão é uma afirmação de soberania. Outros veem riscos de manipulação do processo, uma tentativa de controlar o processo reduzindo a perspetiva externa. Contudo, os atuais desafios socioeconómicos do país, agravados pela atual instabilidade política e institucional, bem como a forte

¹¹ Domingos Simões Pereira convoca marcha até ao Palácio acessível através de <https://radiobantaba.com/domingos-simoes-pereira-convoca-marcha-ate-ao-palacio-da-justica-apos-rejeicao-da-sua-candidatura-pelo-stj/>, publié le 15 octobre 2025

¹² Guinée-Bissau : Domingos Simões Pereira excluïdo da presidencial, acessível através de <https://www.ouestaf.com/guine-bissau-domingos-simoes-pereira-excluïdo-da-presidencial/> du 14/10/2025, consultado no dia 15/10/2025

dependência do país da comercialização da castanha de caju e das receitas da pesca, poderão limitar a capacidade do governo de mobilizar o nível necessário de recursos. Recordamos que a CEDEAO teve de pagar determinadas faturas pela realização das eleições legislativas em junho de 2023. Recordamos também que em junho de 2025, exigindo o pagamento dos seus subsídios, os agentes recenseadores recusaram transmitir os cadernos eleitorais à CNE.¹³

Embora seja verdade que a 28 de Outubro de 2024 a CNE já tinha recebido uma primeira parcela de financiamento que considerou insuficiente a ponto de suspender certas atividades preparatórias, existe o risco de tensões orçamentais e financeiras em torno da organização das eleições de 2025. Enquanto se aguarda a declaração oficial do governo sobre a disponibilidade do orçamento, as observações mostram uma baixa disponibilidade de parceiros financeiros para os processos eleitorais do país.

- **h - Financiamento de campanhas partidárias: um quadro jurídico permissivo com efeitos preocupantes**

Na Guiné-Bissau, os partidos políticos são financiados por contribuições do Estado, dos partidos pares, dos eleitores, dos candidatos, bem como pelos rendimentos gerados durante a campanha. Contudo, a ausência de limite máximo às doações, controlo das despesas e obrigação de justificar a origem dos fundos é uma porta aberta para financiamentos ilícitos ou de origem duvidosa. Num país onde se registam casos atípicos de apreensões de drogas ou de estupefacientes, tal vazio regulamentar suscita preocupações em termos de transparência, justiça e corrupção. Representa um risco para a justiça do processo eleitoral e até para a segurança do país.¹⁴

- **i - Desafios persistentes que limitam a participação de mulheres e jovens**

Na lista final de doze candidatos validados para as eleições presidenciais de 2025 não há nenhuma mulher, apesar de Carmelita Pires, antiga ministra da Justiça e

membro do Movimento Social Democrata (MSD), ter anunciado a sua intenção de concorrer. Quando lembramos que durante as eleições presidenciais de 2019 nenhuma mulher foi candidata, podemos imaginar que os desafios limitam a participação das mulheres. Na Guiné-Bissau, a lei exige que os partidos políticos apresentem listas de candidatos compostas por pelo menos 36% de mulheres em cada círculo eleitoral para as eleições legislativas. No entanto, durante as últimas eleições legislativas em junho de 2023, quando as mulheres representavam 52% do eleitorado (458.977 mulheres entre 884.134 eleitores), o número de deputadas eleitas diminuiu de 14 mulheres eleitas (13,7%) para o mandato anterior para apenas 11 (9 do PAI Terra Ranka e 2 do MADEM-G15) ou seja 10%, bem abaixo da quota legal de 36%. Esta é realmente uma preocupação que merece atenção. Para além dos cargos eletivos, mesmo os cargos nominais parecem ser de difícil acesso para as mulheres. Por exemplo, o governo formado por Braima Camará em agosto de 2025 tem 22% de mulheres (8 mulheres em 37 membros) distribuídas entre quatro ministros e quatro secretários de estado. São necessárias ações fortes e de alto impacto para enfrentar os desafios e libertar a participação e as energias das mulheres para a estabilidade do país.¹⁵

A situação não é melhor para a grande população de jovens com menos de 35 anos do país, onde os sectores da educação e da saúde estão enfraquecidos por repetidas greves. O desemprego juvenil continua elevado. Esta juventude, embora represente uma oportunidade de desenvolvimento, poderá assim ser utilizada pelos atores políticos para se tornar num potencial vetor de violência eleitoral.

¹³ AL24 NEWS: Guiné-Bissau: o governo financera até 90% a organização das eleições legislativas e presidenciais acessível através <https://al24news.dz/fr/guinee-bissau-le-gouvernement-financera-a-hauteur-de-90-lorganisation-des-legislatives-et-de-la-presidentielle/>, consulté le 09 août 2025.

¹⁴ Em 2022, Malam Bacai Junior, filho do ex-presidente Malam Bacai Sanha, foi preso na Tanzânia pela Agência Antidrogas dos Estados Unidos. Em maio de 2024, Manuel Irénio Nascimento Lopes, deputado da Guiné-Bissau, foi detido em Lisboa com 13 kg de cocaína em sua posse. Em 9 de setembro de 2025, uma carga de 2,63 toneladas de cocaína foi interceptada no aeroporto de Bissau num avião proveniente da Venezuela

¹⁵ <https://www.francophonie.org/declaration-preliminaire-de-la-mission-electorale-de-la-francophonie-en-guinee-bissau-2814>

IV. Cenários

- **1- Cenário 1, Caso grave, Muito provável:**
“Eleições legislativas e presidenciais não inclusivas marcadas por tensões e até violência”

Em reação à invalidação das suas candidaturas pelo CSJ, os atores da oposição e os partidos políticos lançaram manifestações pacíficas de protesto contra o processo eleitoral, que foram proibidos e depois reprimidos pelas forças de segurança. O país caminha para uma nova crise política. Apesar das numerosas iniciativas de diplomacia preventiva, dos apelos à paz e de eleições inclusivas, as eleições legislativas e presidenciais de 2025 estão a ser realizadas sem a participação dos principais intervenientes políticos e partidos políticos cujas candidaturas são invalidadas. A rua resiste mas os resultados são proclamados. Depois das tensões pós-eleitorais e sob o fogo das rivalidades entre os atores políticos, o país está a mergulhar novamente num outro ciclo de instabilidade política e institucional.

- **2- Cenário 2, Melhor cenário, Provável:**
“Eleições legislativas e presidenciais inclusivas e competitivas, apesar da invalidação de certos candidatos-chaves”

Os atores da oposição e os partidos políticos cujas candidaturas são invalidadas rejeitam a decisão do CSJ mas envolvem-se numa coligação de “candidatos invalidados” para apoiar, como plano B, um candidato entre os 12 candidatos já validados para as eleições presidenciais. Esta coligação dos impedidos ajuda a transformar as frustrações em motivação e mobilização para eleições legislativas e presidenciais inclusivas e competitivas. Da mesma forma, com a ausência de grandes manifestações nas ruas e a implementação adequada do orçamento por parte do governo, a CNE finalizou os preparativos. As eleições são realizadas. Os resultados são proclamados e exigem colaboração entre forças políticas. As rivalidades históricas entre os atores políticos limitam a cooperação e a governação concertada, mas o país experimenta uma relativa estabilidade política e institucional.

- **3 - Cenário 3, Caso Intermediário, Provável:**
“Situação de braço de ferro para eleições inclusivas, que leva a uma longa espera pelas eleições para sair da crise”

Com a invalidação de certas candidaturas-chave da oposição, o processo eleitoral fica atolado num impasse entre os diferentes campos opostos. Os preparativos estão gravemente atrasados, impedindo a realização efetiva das eleições. Enquanto se aguardam as eleições, o presidente cessante mantém o poder e governa o país sem partilha. A resistência política está a crescer, a insegurança e a instabilidade políticas estão a tornar-se preocupantes. Os apelos à paz e à realização de eleições inclusivas estão a aumentar. O país aguarda há muito tempo pelas eleições para acabar com a crise.

V. Recomendações e Conclusão

Em relação às análises e cenários acima apresentados, as seguintes recomendações são formuladas:

Ao Governo

- Privilegiar a consulta e o diálogo inclusivo sobre as questões essenciais do processo eleitoral em curso para garantir a estabilidade política e institucional.
- Garantir, sem equívoco, a segurança das pessoas e dos bens durante o processo.

À Comissão Nacional de Eleições

- Promover um quadro permanente de diálogo com os atores políticos e as OSC a volta das preocupações relacionadas ao processo eleitoral para apaziguar as tensões e melhorar a confiança dos atores.
- Reforçar a comunicação interna e externa para limitar os riscos de suspeita e as tensões na condução do processo eleitoral.

Ao Supremo Tribunal de Justiça

- Garantir o respeito dos textos da República, assim como os direitos civis e as políticas dos atores-chaves do país.

Aos Atores e Partidos Políticos

- Abraçar a concertação para acordos políticos e renunciar à violência para a preservação da estabilidade e a coesão social.
- Formar e sensibilizar os militantes ao respeito dos textos e à não-violência.
- Iniciar as reformas que visam a melhoria do código eleitoral e do processo eleitoral do país.

À população e a Diáspora da Guiné-Bissau

- Rejeitar os atos de desacato às autoridades e às leis nacionais para privilegiar as vias de recurso legais em caso de contestação.
- Afastar-se das iniciativas de incitação à violência e rejeitar os discursos incendiários e a propagação de informações falsas.

À Mídia

- Adotar um estilo de jornalismo sensível ao conflito e garantir um caráter neutro e imparcial da informação.
- Investir na luta contra a desinformação e falsas informações

À Sociedade Civil

- Garantir um acompanhamento eficiente à CNE dependendo do contexto.
- Restabelecer a força de ação e a proposição de soluções em favor de um processo eleitoral inclusivo, transparente, credível e apaziguado;
- Contribuir para a desconstrução das notícias falsas e dos discursos de ódio, a fim de apoiar o desarmamento dos corações.

- Apoiar a implicação pacífica das mulheres e dos jovens no processo.

À Comunidade Regional e Internacional

- Intensificar a diplomacia preventiva e a mediação para eleições transparentes e inclusivas na Guiné-Bissau.
- Incentivar o conjunto de atores políticos e acompanhar a CNE na colocação de quadros e iniciativas que coincidam com um processo eleitoral apaziguado, transparente, credível e aberto a todos.

Conclusão

As eleições legislativas e presidenciais de 2025 na Guiné-Bissau enfrentam vários desafios políticos, institucionais, de segurança, socioeconómicos e outros que exigem respostas técnicas e políticas concertadas de todas as partes interessadas nacionais e internacionais. Estas respostas são necessárias para garantir que estas eleições sejam credíveis, inclusivas e pacíficas. Esta é uma condição crucial para a consolidação da democracia e a estabilização duradoura do país já atingido por recorrentes instabilidades políticas e institucionais.

A mobilização da sociedade civil, o respeito pelos direitos humanos, a transparência do processo eleitoral, a independência das instituições judiciais e eleitorais, bem como a inclusão das mulheres e dos jovens devem estar no centro das prioridades. Torna-se imperativo que os atores políticos transcendam as suas diferenças e rivalidades históricas para se envolverem num diálogo construtivo, baseado no respeito pelos textos e acordos para acabar com a crise. Neste contexto, espera-se também que a comunidade internacional apoie os esforços de reforma, mediação e desenvolvimento de capacidades, a fim de garantir um processo eleitoral legítimo e pacífico que traga esperança de estabilidade e de um futuro democrático para a Guiné-Bissau.

G.Bissau

Eleições Presidenciais e Legislativas de 2025:

Esperando Estabilidade ou Temendo um
Retorno à Instabilidade Política?

Isenção de Responsabilidade: Esta publicação é possível graças ao generoso apoio da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da WANEP e não reflete necessariamente as opiniões do parceiro acima mencionado.



With funding from



West Africa Network for Peacebuilding (WANEP)

Trinity Avenue, Off Mile 7 Road, Achimota, Accra

P. O. Box CT4434, Cantonments, Accra-Ghana

Tel: +233 302 411638 | 302 406340 | 302 426004 | 302 408224

Email: wanep@wanep.org | Website: www.wanep.org